

VIA TEOLÓGICA

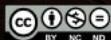
Volume 23 – Número 45 – jun. / 2022

ISSN 2526-4303 (ON LINE)

ARTIGO

CORPO E SEXUALIDADE NOS DISCURSOS DA TEOLOGIA PATRÍSTICA: “CARNALIDADE” E CONTINÊNCIA SEXUAL

*Louise Machado de Oliveira
Dr. Jaziel Guerreiro Martins*



A Revista Via Teológica está licenciada com uma Licença Creative Commons. Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações - 4.0 Internacional

CORPO E SEXUALIDADE NOS DISCURSOS DA TEOLOGIA PATRÍSTICA: “CARNALIDADE” E CONTINÊNCIA SEXUAL

Body and sexuality in the Patristic Theology discourses: “carnality”
and sexual abstention

*Louise Machado de Oliveira¹
Dr. Jaziel Guerreiro Martins²*

1 Bacharela em Teologia pelas Faculdades Batista do Paraná.

2 Bacharel em Teologia pela FABAPAR, Mestre em Teologia pela University of Birmingham / Inglaterra e Doutor em Ciências da Religião pela UMESP. Professor no PPG de Teologia da Fabapar, professor do Bacharelado em Teologia da Fabapar e Diretor da FABAPAR. E-mail: professor.jaziel@fabapar.com.br

RESUMO

O artigo empreende uma análise dos discursos dos Pais da Igreja sobre o corpo e a sexualidade humana, avaliando as implicações dos mesmos para a ortodoxia e a ortopraxia do período da Patrística sobre esses assuntos. Nesse sentido, investigam-se os caminhos da teologia cristã sobre o corpo (matéria) e a carne (tendência pecaminosa) traçados naquela época e seus sincretismos com as filosofias helênicas; identificam-se as consequências que trouxeram às perspectivas da sexualidade, sobretudo no que tange os sentidos atribuídos ao desejo sexual e à formação de uma cultura da castidade. Como forma de desenvolver a busca por essas informações, enfatiza-se uma teologia filosófico-histórica sob a abordagem bibliográfica do método hipotético-dedutivo. Por fim, por meio de diversos dilemas e conflitos teóricos do momento histórico ao qual o estudo se delimita, analisa-se como as argumentações da teologia patrística caminharam majoritariamente e por diversos subtemas para a restrição dos sentidos e das práticas relacionadas ao corpo e à sexualidade, fazendo-os ocupar um espaço de privação cujo senso predominante se estabeleceria sob as definições de pecaminosidade.

Palavras-chave: Patrística. Corpo. Sexualidade. Desejo. Castidade.

ABSTRACT

The study undertakes an analysis of the Church Fathers' discourses on human body and sexuality, evaluating their implications for orthodoxy and orthopraxy of Patristic period. Thus, it investigates christian theology on body (matter) and flesh (sinful tendency) taken in this period and their syncretisms with hellenic philosophy; it identifies their consequences to

the perspectives of sexuality, above all, on the sexual desire meanings and continence culture development. As a development way, the research emphasizes a philosophical-historical theology with a bibliographical approach of the hypothetical-deductive method. After all, realizing, even by means of many theoretical argues and conflicts, how the patristic theology argumentation majority direct itself, through many subtopics, towards the restriction of the meanings and the practices related to body and sexuality, bringing them about a deprived space whose dominant senses related to the definition of sinfulness.

Keywords: Patristic. Body. Sexuality. Desire. Chastity.

INTRODUÇÃO

O caráter holístico do cristianismo faz com que as verdades que ele anseia expressar não se limitem exclusivamente aos assuntos de categoria religiosa, como é a sua essência. Na verdade, a fé cristã parece contemplar o ser humano como um todo, tomando partido de parte significativa dos assuntos que envolvam seu interesse e sua participação.

Esse aspecto do pensamento cristão pode impactar a vida de modo individual e coletivo, por meio das relações humanas, das diferentes compreensões sobre elementos que constituem a humanidade e, por fim, das convenções sociais, que passam muito pelas duas anteriores e pela História da Teologia, abordada no decorrer do trabalho. Um exemplo a respeito do qual essa intenção cristã disserta são as questões concernentes ao corpo e à sexualidade.

Atesta-se que as inclinações ao chamado ascetismo se faziam presentes com certa frequência e habitualidade nos meios cristãos já no período da teologia patrística, dos Pais da Igreja, entre os quais se pode citar como exemplo e fonte de pesquisa: Jerônimo, Agostinho, Crisóstomo e Atanásio. Ora, no século XXI,

isso é, depois de conquistado o direito dos líderes cristãos ao casamento, no meio protestante, das diversas ondas feministas e da chamada revolução sexual das décadas de 1960 e 1970 no secularismo, é concebível que a percepção acética dos teólogos da Patrística sobre sexualidade gere alguma estranheza mesmo aos leitores mais religiosos do mundo ocidental.

Parece evidente que as sociedades ocidentais da atualidade apresentam tanto compreensões como práticas a respeito do corpo e da sexualidade que se distinguem em muito do período patrístico. Entretanto, remontando à história do pensamento e da ortodoxia cristã, também é possível localizar a comum origem do pensamento cristão na teologia daquele período mesmo que temporalmente muito distante, denominacionalmente distinto e já diversificado em termos de cosmovisão.

São por essas razões que, considerando a expressividade da fé cristã e a sua influência na formação das civilizações ocidentais – contexto em que se empreende a pesquisa – julga-se importante compreender qual seja a origem e a essência das cosmovisões apresentadas pelos seus predecessores sobre temas tão essenciais e imanentes à humanidade como são as questões corpórea e sexual. Espera-se que o acesso a esse conhecimento histórico possa servir a uma melhora qualitativa das discussões que envolvem esses aspectos.

Dessa forma, é estabelecida esta questão: qual o lugar semântico do corpo e da sexualidade nos discursos da teologia patrística para que a opção pelo ascetismo pareça tão comum à época?

Por conseguinte, propõe-se discutir sobre o corpo e a sexualidade na maneira com que suas compreensões e vivências se desenvolvem, perpassados pela Teologia. Toma-se como cenário a teologia dos Pais da Igreja, responsáveis por estruturar as primeiras sistematizações do pensamento cristão que serviram de parâmetro e fundamento para o desenvolvimento teológico da

posteridade. Esse período fica delimitado entre a Antiguidade Tardia, dos séculos I a IV d.C., e a Alta Idade Média, sendo que, nesta análise, considera-se o recorte entre o século I e o início do século V d.C, passando por João Crisóstomo, Gregório de Nissa, entre outros, até os escritos da teologia agostiniana.

Nesse sentido, pensa-se em contribuir para que o costume cultivado no interior do cristianismo, de dissertar sobre as diversas áreas da vida humana, possa ser eficiente em suas proposições, abrangendo o conhecimento histórico dos valores semânticos atribuídos à sexualidade na fé cristã e abrindo espaço para discuti-los ou redisci-los teologicamente com maior amplitude tanto nas igrejas como em sociedade.

1. O INÍCIO DA TEOLOGIA CRISTÃ E A NECESSIDADE DE DOMINAR A “CARNE”

Devido ao caráter holístico da religião cristã, seus postulados e suas intenções discursivas resguardam o costume de deliberar sobre os mais diversos assuntos. Parece que ao menos a maioria das questões que permeiam a existência humana interessam às percepções e ao crivo do ideário cristão e também costumam ter, nele, um de seus mais categóricos juízos de valor. Evidente que no campo da sexualidade e das compreensões do corpo enquanto sexual esse costume de deliberar e gerar juízos não seria diferente.

A Filosofia Patrística que se estenderia aproximadamente do século II ao VIII, marcando parte da Antiguidade e a Alta Idade Média, corresponde ao tempo de despontamento dos chamados “Pais da Igreja”. Nela serão estabelecidas as primeiras bases doutrinárias oficiais da religião cristã uma vez que justamente se constitui do desenvolvimento do discurso cristão sobre diversas questões, principalmente as religiosas; ou seja, os dilemas vivenciados nesse âmbito e as proposições oferecidas pelos primeiros pensadores do cristianismo que expandiriam seu poder e

sua influência nos séculos seguintes.

Quando se trata deste período e suas postulações teológicas, principalmente considerando a distância temporal para os dias atuais, importa compreender o lugar dos sujeitos que as propõem, os Pais da Igreja. Nesse caso, os enunciadores dos discursos são homens que, por alguma razão, optaram por adotar uma conduta ascética. Sobre isso, afirma o historiador Rossiaud em seu artigo sobre a semântica da *Sexualidade* nesse período:

Ademais, o discurso sobre o sexo é essencialmente desenvolvido por homens - monges ou eclesiásticos - que, por voto, renunciaram a toda vida sexual, e escrevem então com precaução e parco conhecimento - em princípio - sobre o que falam. De sua parte, os dirigentes laicos permanecem quase silenciosos, e as mulheres com raríssimas exceções, mudas (ROSSIAUD, 2006, p. 477).

A partir dessa colocação talvez se possa compreender parte do lugar ocupado pelo tema da sexualidade nos discursos cristãos do princípio da Patrística. Para entender como os primeiros pensadores cristãos interpretaram, elaboraram e lidaram com as questões propostas sobre o assunto nesse período, também é fundamental compreender as hermenêuticas que eram feitas a respeito do corpo. Para Gomes:

[...] o corpo é histórico. Ele carrega consigo, na história do corpo individual, de um determinado indivíduo, a história do corpo da humanidade, do corpo da espécie. Esta afirmação torna-se válida também quanto à sexualidade humana. O homem exerce a sexualidade num espaço de tempo determinado atravessado pela economia, a política, teologia e, em certo sentido, **pela religião**. Estes fatores combinados determinam suas crenças sobre o corpo humano e sua práxis sexual (GOMES, 2006, p. 2, grifo nosso).

Partindo dessa reflexão e do objetivo do trabalho, tem-se a necessidade de discutir as origens e os contextos das postulações sobre o corpo e a sexualidade principalmente na teologia

cristã, mas por consequência, nas outras doutrinas e filosofias que dividiam o espaço histórico com a religião nascente.

1.1 INFLUÊNCIAS DAS FILOSOFIAS HELÊNICAS SOBRE O PENSAMENTO CRISTÃO

O contexto do helenismo e toda a pluralidade cultural do Império Romano formava o cenário exterior à fé cristã para a teologia recém-chegada. Por essa razão é relevante pensar como outras filosofias ajudaram a definir o rumo das discussões sobre corpo e sexualidade no pensamento cristão da Antiguidade tardia e da Alta Idade Média, influenciando alguns discursos religiosos – nas pessoas dos pensadores cristãos – que posteriormente serviriam de base para a doutrina oficial da Igreja.

1.1.1 Gnosticismo

Uma dessas filosofias foi o gnosticismo, “a maior das ameaças filosóficas do cristianismo, que teve sua maior influência por volta do ano 150”, mas se estendeu largamente em tempo e espaço. Espalhou-se por várias regiões do Império Romano, do Irã até a Gália, parte da atual França, e exerceu sua maior influência entre os anos 135 e 200 d.C. (MARTINS, 2015, p. 36). Seu alcance proporcionou fusões e combinações com outras diversas ideologias, entre elas judaicas e cristãs.

Até ser decretada como herética, a doutrina gnóstica rendeu muitas discussões aos pensadores cristãos exercendo influência em suas postulações sobre o corpo e inevitavelmente sobre a sexualidade. Entre os teólogos que dissertam sobre essa influência, pode-se citar Uta Ranke-Heinemann. Para ela, “a hostilidade ao prazer é um legado gnóstico-estoico” (HEINEMANN, 2019, p. 64) e:

A demonização de toda a corporeidade e de toda a matéria era desconhecida antes da invasão do gnosticismo. Essa invasão da negatividade foi

tão poderosa que se mostrou capaz de transformar os sentimentos da Antiguidade para com a vida (HEINEMANN, 2019, p. 22).

Sendo assim, é impossível comentar a construção da teologia na Patrística sem ter em mente, pelo menos, as longas e trabalhosas discussões com o gnosticismo, cuja doutrina provavelmente mais proeminente se constituía na malignidade da matéria.

Os ensinamentos gnósticos eram cheios de conhecimento mítico como uma maneira de explicar a realidade. Os mitos eram muitos e diversos. Segundo o historiador irlandês Peter Brown³, dentre os elementos das crenças do gnosticismo se encontrava a chamada Sofia, “sabedoria” no grego. Sofia era uma pessoa, próxima à divindade que, junto de outras forças eternas, punha ordem em um Universo exclusivamente espiritual. Em algum momento, ela sente vontade de obter o mesmo conhecimento de Deus e ocupar o lugar d’Ele. Como castigo, Sofia sofre a limitação da sua capacidade criativa e, do conflito gerado entre ela e Deus, surge a matéria (BROWN, 1990, p. 98-99).

A sabedoria rebelde converteu-se num poder frenético de mera proliferação. Impelida a criar pelo desespero diante de sua separação de Deus, Sofia formou um universo redundante. A matéria ganhou vida e, com a matéria, o amargo sentimento, que muitos pensadores do século II, partilhavam com Valentino, de que o mundo material era uma tentativa abortada de imitar um modelo infinitamente distante, invisível e sempre fugidio [o modelo espiritual]. O mundo criado por Sofia só falava no abismo que separava o que era do que deveria ser. **O mundo físico era na melhor das hipóteses um espelho grotescamente distorcido da riqueza espiritual do “Lugar da Plenitude”; na pior, era uma excrecência insignificante que deveria ser expulsa do espírito** (BROWN, 1990, p. 99, grifo nosso).

3 Pesquisador nas relações entre religião e sociedade na história antiga.

A partir dessa citação pode-se refletir a respeito do espaço que o corpo, por material que é, tomava no ideário gnóstico: de torpeza e de descarte. No mito que envolve Sofia, não apenas essa espécie de Paraíso, que é o “Lugar da Plenitude”, resguarda alguma similaridade com as crenças cristãs, como a própria história de Sofia se parece em muito com a narrativa da queda de Satanás, levada a efeito pela tradição cristã. Isso também pode depor contra a matéria ao se considerarem as noções da época.

O também citado Valentino foi, segundo Brown (1990, p. 96), “um dos maiores guias espirituais das comunidades cristãs” no século II. Um pregador cristão que “como muitos de seus contemporâneos cristãos, orgulhava-se do título de ‘gnóstico’”. Embasada no pensamento desse pregador, surgiu uma vertente religiosa que sincretizava gnosticismo e fé cristã, seus seguidores eram chamados de valentinianos. Nesse período, portanto, o gnosticismo se mostrava familiar e coabitante da fé cristã. Mais tarde esse fato seria revisto, mas num momento em que o sincretismo já estaria mais arraigado à própria teologia.

Brown afirma que

Ao apresentar a tentação sexual como um mero símbolo de males mais arraigados, e ao aclamar a transcendência do desejo sexual como nada menos do que uma ‘ressurreição’ do eu, a orientação espiritual gnóstica da escola de Valentino antecipou diretamente a sabedoria dos Padres do Deserto (BROWN, 1990, p. 105).

A filosofia gnóstica se expandia sobretudo entre os cristãos de Alexandria, devido ao alto fluxo cultural, e de Roma. Para o gnosticismo, na realidade do universo havia um grande e constante conflito entre o espírito e a matéria. Essa competição de forças estaria presente não apenas no universo e na externalidade do ser humano, mas também em seu interior (MARTINS, 2015, p. 37). Cria-se que o interior humano carregava uma centelha desse conflito imanente ao cosmos que tinha como uma de suas expressões o desejo sexual.

Hainemann assevera que:

A visão negativa do prazer sexual que prevaleceu no estoicismo e que foi característica dos dois primeiros séculos depois de Cristo viu-se ainda fortalecida pela invasão do pessimismo, que pouco antes do nascimento de Jesus surgiu no Oriente [...] abriu caminho para o Ocidente e veio a se revelar como concorrente mais perigosa do cristianismo. Esse movimento, que se intitula *gnosis* (ciência), acreditava ter reconhecido a inutilidade e a inferioridade de tudo o que existe. Pregava a abstinência sexual, da carne e do vinho. Já no Novo Testamento encontramos passagens contra o gnosticismo e seu desprezo pela existência (2019, p.21, grifo nosso).

E Peter Brown acrescenta que, para os gnósticos:

Manter relações sexuais era abrir o corpo humano à tempestade de fogo que devastava todo o universo. O desejo sexual foi nitidamente destacado como uma característica permanente do ser humano não redimido: representava a energia impetuosa de um universo que se opunha à serena tranquilidade do reino do espírito inabalável. Os que se entregavam a uma paixão sexual ‘[mostravam] estar ajudando o mundo’. Nenhum processo poderia ser mais antitético aos laços etéreos que ligavam o espírito ao espírito do que a procriação física (BROWN, 1990, p. 105).

Se a cessão às solicitações do desejo sexual era um hábito de pessoas não remidas, tal qual o cristianismo, a doutrina gnóstica também propunha uma espécie de salvação que, nesse caso, se respaldava na obtenção de um conhecimento especial, chamado *gnosis*, peculiar da alma. O corpo, destinado ao desaparecimento e à destruição, não poderia ser salvo. Assim, à pessoa que buscasse salvação, estariam destinadas rigorosas práticas ascéticas que, entre outras formas, envolviam a abstinência sexual. Segundo Peter Brown (1990, p. 104), esse processo de redenção da alma humana, no gnosticismo consistia na aproximação do indivíduo com o seu eu verdadeiro, não maculado

pela união com o corpo. A partir disso, as dificuldades sobre as tentações da matéria seriam amenizadas e o corpo caminharia mais tranquilamente e a passos mais largos para a sua anulação.

1.1.2 Estoicismo

Retomando a citação de Heinemann, “a hostilidade ao prazer é um legado gnóstico-**estoico**” (2019, p. 64, grifo nosso). O estoicismo foi outra filosofia importante na elaboração do pensamento cristão, uma doutrina datada de III a.C. que, ainda difundida nos primeiros séculos da Era Cristã, acreditava na supressão das paixões como a forma ideal de se viver sabiamente (LOPES, 2010, p. 27).

Para Lopes:

[...] imperadores e alguns dos mais eminentes pensadores romanos foram influenciados, em suas crenças e ideias, por escolas filosóficas que surgiram nesse período. [...] o cristianismo, dadas as devidas proporções, surgiu no período greco-romano, e, portanto, os primeiros cristãos podem ter sido influenciados por ideias helênicas, sobretudo pelo estoicismo romano (LOPES, 2010, p. 22).

O fundador dos ideais estoicos, Zenão de Cítio (336 - 264 a.C.), fora inspirado de sobremaneira pela escola dos cínicos que pregava a busca pela “felicidade como fruto do interior do homem e o desapareço aos bens materiais” (LOPES, 2010, p. 24).

Sob a perspectiva da felicidade provinda do interior humano, pode-se pensar a compreensão de Sêneca (4 - 65 d.C.), um dos pensadores mais influentes do estoicismo e já contemporâneo a Jesus. Para ele, a pessoa é a própria alma, sendo o corpo apenas como uma cadeia que a aprisiona. Motivo por que, para essa filosofia também, o desejo sexual era visto como algo a ser suprimido, uma vez que vinha do corpo.

A compreensão que Sêneca tem do corpo é, aliás, muito semelhante a uma ideia de Orígenes, pensador cristão influenciado

também pelos ideais gnósticos. Heinemann afirma que “segundo Orígenes, [o corpo] é antes uma espécie de castigo, uma ‘corrente’, uma ‘prisão’ que deve sua existência a uma anterior queda em pecado das almas puras” (HEINEMANN, 2019, p. 65).

Coincidentemente ou não, os ideais estoicos apresentariam diversas convergências com os ideais cristãos. Lopes (2010, p. 26) chega a afirmar que existem dúvidas se o estoicismo influenciou o cristianismo ou se foi o cristianismo quem produziu a Estoá Posterior, uma das escolas do estoicismo romano, sob a qual se compreenderam tanto o filósofo Sêneca quanto o imperador Marco Aurélio (121 – 180 d.C.), ainda mais próximo da Era Cristã, que parecia tratar o corpo “como estoico, sua tônica recai na razão, no sentido de que o corpo não deve ser desprezado, todavia **deve estar sob o constante domínio do espírito**” (LOPES, 2010, p. 29).

20

Heinemann e Lopes concordam que, tanto para os estoicos, como para os discursos cristãos dessa época, o celibato era moralmente superior ao matrimônio por excluir as práticas sexuais: “[...] à proporção que o prazer carnal se tornou suspeito, o casamento também passou a ser questionado, e o celibato foi mais valorizado” (HEINEMANN, 2019, p. 17). Entretanto, mesmo que, para ambas as filosofias, sexualidade e casamento fossem uma coisa só e obtivessem permissão, em estando no matrimônio, a própria atividade sexual ainda era de caráter suspeito.

O casamento era tratado como uma concessão às pessoas que não conseguiam se conter, uma permissão para a satisfação da luxúria ou do prazer para aquelas que os consideravam indispensáveis. A preferência pelo celibato e pela abstinência em detrimento do casamento já tinham sido esboçadas pelo estoicismo e atingiu a plenitude no ideal cristão da virgindade. A suspeita estoica do prazer levou assim, por um lado, à consideração do casamento como superior a todo o espectro de atividades sexuais, mas, por outro, também conduziu a uma discriminação contra o casamento em favor da renúncia absoluta à pai-

ção e ao prazer físico (HEINEMANN, 2019, p. 17).

Pensando em matrimônio, o único valor agregado à atividade sexual parecia ser a possibilidade da procriação tanto no estoicismo quanto nos valores que estariam se estabelecendo no interior da fé cristã.

Um elemento comum entre estoicos e cristãos foi uma certa desencarnação do casamento, na medida em que a esfera sexual dele se desvinculava, ora vista sob o aspecto do prazer, ora sob o da procriação. [...] A noção de que o sexo tem de ter finalidade procriadora, caso contrário será visto sob o estigma negativo do prazer, e não à luz do amor, deixou marca duradoura no cristianismo (HEINEMANN, 2019, p. 19).

2. OS PAIS DA IGREJA E AS SEMÂNTICAS DA SEXUALIDADE

Os efeitos da junção das compreensões descritas foram bastante expressivos como não é de surpreender, manifestando-se, em suma, numa alta valorização da castidade como um dos pontos principais da conduta ética humana. Na verdade, parece impossível que toda essa teologia do corpo não se desdobrasse até a esfera da sexualidade.

A teóloga Heinemann comenta que

[...] nos primeiros séculos da Era Cristã, a noção de que a moralidade era essencialmente a moralidade sexual encontrada entre pagãos, judeus e cristãos foi uma herança comum do estoicismo ou do gnosticismo preservada até hoje entre os cristãos. [...] nos dois primeiros séculos da Era Cristã o **desprezo pelo corpo**, com raízes em diversas filosofias, **preparou o caminho para o sistema da castidade sexual** (HEINEMANN, 2019, p. 82, grifo nosso).

A esse respeito, pode-se pensar: 1) como afirma Gomes (2016, p. 4), que o dualismo paulino entre corpo e carne “moldou

o pensamento da Patrística e reverbera até hoje nas imagens que o protestantismo cunhou sobre este tema”; e 2) sobre a “reverência pela castidade”, conforme assumido por Heinemann (2019, p. 60, 61) que “as pessoas cristãs se adaptaram a seu meio e levaram o ideal da castidade até o século XXI [...] como o paradigma do cristianismo verdadeiro e original”. Ambas as citações recorrem à importância desse período inicial das formulações teológicas – a Patrística e os séculos I e II – para as construções teológicas em geral ao longo dos séculos de história do cristianismo.

Os pensadores da Patrística estavam preocupados com os rumos que seriam tomados pela fé cristã e tinham a intensão de conservar essa fé sob a apologética das condutas mais coerentes possíveis em relação à pregação do evangelho. Entretanto, como todas as pessoas, em suas formações, eram também fruto do contexto histórico e cultural que presenciaram, onde as práticas sexuais eram, na maioria das vezes e no mínimo, desaconselhadas.

2.1 O DESENVOLVIMENTO TEOLÓGICO E A CONDENAÇÃO DO DESEJO

As produções teológicas da era Patrística levaram os dilemas sobre a sexualidade ao centro das discussões morais de modo a valorizar a continência sexual como um dos pontos fundamentais da integridade e do bom comportamento. A virgindade, sobretudo a virgindade feminina, foi elevada ao patamar de ápice do bom exemplo de conduta moral, e a opção pelo celibato passou a ser considerada mais virtuosa do que o matrimônio.

No caso do desejo, parece que as conjecturações caminharam gradativamente, entre discursos e análises, por diversos assuntos – a carnalidade, o casamento, a vida episcopal – até que fosse enfim sentenciado à rejeição ou ao silêncio. As resistências a esse processo também existiram, mas para Feldmann (2018, p. 81), por exemplo, “[elas] não impedem que haja uma ampla construção de uma geografia obscura do corpo e uma desnatu-

ralização da sexualidade”. No momento em que Ronaldo Vainfas explana o que refere como “‘juridificação’ da moral”, essa impressão de condenação pode ser mais bem compreendida.

Segundo ele

A tendência à ‘juridificação’ da moral foi notável, de fato, e cresceu mesmo à medida que se aperfeiçoava a doutrina, mas nem por isso excluiu a controvérsia e a problematização. Condenado ou não, o sexo foi muito discutido e assim também o casamento. Falou-se deles sempre e com insistência obsessiva. Imaginou-se muito, fantasiou-se ao extremo tudo o que a eles se relacionava. **Construiu-se, enfim, uma hermenêutica do desejo, preocupada em decifrar a natureza do pecado, ciosa dos caminhos para a ascese da alma** (VAINFAS, 1992, p. 5-6, grifo nosso).

Como se pode depreender da citação, a problemática do desejo e do prazer, “carnal” ou fisiológico, ganhava espaço nas discussões teológicas e entrava em conflito com a ascese da alma que consistia na busca pelo desenvolvimento do espírito, que transcendia à carne.

Entre os séculos IV e V, Agostinho de Hipona, semelhantemente aos pensamentos da filosofia e da medicina (HEINEMANN, 2019, p. 16), e inspirado em seus antecessores da teologia, pensa que “com a renúncia sexual os homens e as mulheres das congregações cristãs poderiam se dedicar a um serviço religioso e espiritual de forma mais aprofundada” (COELHO, 2018, p. 85). Supostamente as pessoas castas se dedicariam às preocupações da vida espiritual e o exercício do espírito diferentemente das outras, a quem sobreviriam demasiadas inquietações com a vida terrena.

Além disso havia um estigma a respeito de incompatibilidade entre a proximidade do ser humano ao sexo e à divindade simultaneamente, inicialmente uma compreensão da parte médica, mas que se estendeu à teologia cristã.

Segundo Brown, Galeno, médico na Antiguidade “admitia ser estranho que os deuses houvessem decidido manter a espécie humana por meio de um ato de prazer tão aguçado e potencialmente tão antissocial já que ‘há um imenso, prazer pa-reado com o exercício dos órgãos geradores e um desejo imenso, precede seu uso’” (BROWN, 1990, p. 25). E também Ambrósio, Agostinho e Jerônimo, teólogos cristãos, já “havam comparti-lhado de um pressuposto instintivo e basicamente não analisado sobre as origens do casamento e da sexualidade. O casamento, a relação sexual e o Paraíso eram tão incompatíveis, na opinião deles, quanto o Paraíso e a morte” (BROWN, 1990, p. 328).

Nessa perspectiva, foi elaborada a compreensão da maioria dos Padres da Igreja sobre a narrativa de Adão e Eva no Gênese, cuja triste queda, proveniente do consumo do fruto proibido da árvore do bem e do mal, teria movido a origem do casamento, do sexo e da família. Como menciona Brown (1990, p. 328), pensava-se que “o casamento e as estruturas dele provenientes não poderiam ter derivado da natureza original do ser humano” e, além disso, que

a sociedade, o casamento e, se não estes, certamente a relação sexual, seriam fundamentalmente estranhos à definição original da humanidade. Teriam surgido como uma consideração posterior. E teriam imposto limitações à majestade angelical originária de Adão e Eva. [...] Um estado angelical paradisiaco, que teria um dia existido num passado remoto, bruxuleava no horizonte distante da sociedade da antiguidade recente como a ‘vida angelical’ do deserto. O estado em que Adão e Eva teriam continuado, se não tivessem caído não se assemelhava ao de nenhum casal contemporâneo. Nas palavras de Gregório de Nissa, ele era ‘inconcebível pela conjectura humana, salvo pelo fato de ter seguramente existido’ (BROWN, 1990, p. 328).

Nesse tipo de compreensão, comum ao momento, novamente se reforça a ambiguidade da carne e do espírito, afastando as “práticas da carne” da práxis cristã doutrinária. Como exemplo disso, Feldmann destaca que

A incompatibilidade era tão aguda que se advertia ao fiel da necessidade de abstinência sexual antes de se dirigir à igreja para as orações. A carnalidade era um obstáculo para o fiel se dedicar ao serviço de Deus. Neste contexto aparecem muitos textos e sermões que se intitulam, por exemplo, como: ‘a luta ou a guerra do espírito contra a carne’ (FELDMANN, 2018, p. 83-84).

As discussões teológicas sobre a formação do matrimônio e da família, por exemplo, eram bastante conflitantes e, em meio a ela, houve uma tentativa de extirpar o caráter natural do desejo. Sobre as interpretações dos primeiros capítulos de Gênesis, por exemplo, pairava uma tendência a considerar Adão e Eva como seres quase sobrenaturais, nesse sentido negava-se-lhes a sexualidade e, ao que parece, até sua apresentação física em algumas proposições.

Brown (1990, p. 329) explica que, desenvolvendo uma exegese sobre esses capítulos, Agostinho tenta retirar os dois personagens bíblicos dessa aura de sobrenaturalidade e compreendê-los como pessoas humanas normalmente dotadas de corpo físico e sexualidade. Isso para Brown (2019, p. 329), “comparada às noções de muitos de seus contemporâneos mais expressivos, [...] foi uma visão singularmente sociável e vigorosa”. Nesse sentido, sobre a missão atribuída ao corpo com extensão à humanidade – de crescerem e se multiplicarem (Gn 1.28), Agostinho desenvolve uma teoria sobre o “poder adicional de atração da amizade” que Deus teria implantado neles para os mobilizar a gerarem família. Com esse propósito teriam sido postos no Paraíso.

Essa aproximação conjugal com base na amizade formava uma vaga postura em prol do casamento e da relação sexual, sendo a geração de filhos o que justificava a ambos e faziam

da função do matrimônio uma parte representante da chamada “Cidade de Deus”. Ainda Peter Brown (1990, p. 230) afirma que essa compreensão do vínculo entre os cônjuges por meio da amizade fosse uma maneira de colocar o vínculo sexual num segundo plano. Fica mais fácil compreender isso, lembrando que, mesmo com a admissão do ser humano enquanto ser físico e sexual, do reconhecimento de valores positivos dentro do casamento e da aceitação da relação sexual, essa mesma só seria bem-vinda quando associada ao desejo de gerar filhos. Nesse sentido, também eram estabelecidas algumas regras em relação à copulação, o direito a ela se excluía na ocasião de a mulher estar grávida, por exemplo (HEINEMANN, 2019, p. 18).

Essa visão do casamento deixou deliberadamente de lado o caráter físico das relações conjugais. O desejo sexual ainda inquietava Agostinho. No estado presente da humanidade, o impulso sexual era uma força disruptiva. Agostinho nunca encontrou uma maneira, como tampouco o fez qualquer de seus contemporâneos cristãos, de articular a possibilidade de que o prazer sexual, por si só, enriquece as relações entre marido e mulher (BROWN, 1990, p. 330).

26

Por mais complexas, castas e, por vezes, aparentemente contraditórias que sejam as compreensões agostinianas sobre o tema; é apenas a partir dos seus escritos que se passa a compreender o casal da narrativa do Gênesis como pessoas integrais; como o restante da humanidade, definitivamente dotadas de corpo e sexualidade.

Brown comenta que

Agostinho se certificou de que névoa dourada que pairava sobre as encostas do Paraíso se dissipasse para sempre no Ocidente latino. A partir de aproximadamente 400, até o fim de seus dias, Agostinho escreveu invariavelmente sobre Adão e Eva como seres humanos físicos, dotados dos mesmos corpos e características sexuais que nós. Deus os havia criado para os prazeres da sociedade (BROWN, 1990, p. 329).

As produções teológicas, então, evoluem no sentido de uma melhor aceitação da dimensão da sexualidade enquanto presente na vida humana e constituinte dela, pertencente à sua natureza. Não se pode preterir a importância das formulações agostinianas nesses quesitos.

Como afirma Coelho,

Agostinho, bispo de Hipona é sem dúvida basilar nesta questão. Traz a influência dos padres da Igreja anteriores, tais como Orígenes e dois contemporâneos do norte da África, Cipriano e Tertuliano, mas também de contemporâneos como Ambrósio, Jerônimo e Crisóstomo. [...] Agostinho é sem sombra de dúvida um dos articuladores fundamentais na elaboração da definição do conceito cristão do pecado original e da condição feminina (COELHO, 2018, p. 84).

Essa discussão teológica, sobre atribuição de pecado à sexualidade em si, fica ainda mais agravada quando se considera a elaboração desenvolvida sobre a origem da pecaminosidade humana ou ao pecado original. Coelho (2018, p. 80), afirma que “o bispo Agostinho foi influenciado pelo pensamento dos escritores eclesiásticos anteriores e de seu tempo e revelou-nos uma repulsa ao sexo, cujo prazer associou à transmissão do pecado original”. Sobre esse mesmo assunto, no que tange as elaborações teológicas sobre a carnalidade, Maxmiller Fernandes expõe pouco mais desse pensamento agostiniano, nos séculos IV e V d.C.:

Uma outra formulação encontra-se em Santo Agostinho, quando retoma o tema do pecado original. O pensamento agostiniano apresenta uma teologia que tematiza negativamente a sexualidade, realçando a carnalidade humana, fruto da queda e da prática do pecado original. Assim, cada fiel carrega a marca indelével do pecado, posto que **os desejos da carne possuem uma base incontrolável e demoníaca** (FERNANDES, 2016, p. 4, grifo nosso).

Se dessa vez realmente pensa-se o desejo como “base incontrolável e demoníaca” – isto é, mais do que maleficado: demonizado; daí parte, na teologia, a atribuição de malignidade ao desejo e, provavelmente, à concretização dele no prazer sexual. Importa lembrar que foi desde o período da Patrística que o catolicismo passou a compreender uma espécie de hereditariedade do pecado original como proveniente do sexo.

Segundo Dunn (2003, p. 106), “a concupiscência, o desejo sexual, veio a ser considerada má por definição. A virgindade foi exaltada acima de todas as outras condições humanas. Pensava-se que o pecado original era transmitido pela procriação humana”, o que pode ser especialmente preocupante quando levado em conta que é por meio dele que o ser humano vem à existência.

Para Fernandes:

A sexualização do pecado original criou a estrutura necessária para a desconstrução do ato sexual conduzindo-o ao estágio de maior inimigo da fé cristã. A imagem negativa do prazer é produto da moral cristã. Com essas ações associadas aos textos de Paulo a moral cristã balizou o seu percurso histórico (FERNANDES, 2016, p. 4, grifo nosso).

É a partir de fatos como esses que o lugar do prazer na história do cristianismo começa a tomar sua forma de tabu e os valores sobre a sexualidade se tornam cada vez menos flexíveis desde os primeiros séculos.

2.2 DA [CULTURA DA] CASTIDADE: VIRGINDADE, CELIBATO E CONTINÊNCIA SEXUAL

As interpretações sobre o desejo abriram, na cultura patrística, uma luta constante contra o pecado e um estado de alerta sobre a sexualidade. Segundo Feldman (2018, p. 83), o que se desenvolveu nesse período foi “uma verdadeira obsessão com a carnalidade e com os maus usos do corpo. A castidade e a

virgindade são temas de enorme importância neste movimento religioso”. Os frutos dessa mobilização religiosa se estenderam até a ortopraxia patrística.

Nesse período da história do cristianismo, a vida monástica e seus votos celibatários passaram a ser muito valorizados. A castidade simbolizava proximidade a Deus. De forma que as pessoas que decidiam se casar poderiam ser respaldadas pela teologia da Igreja, contudo, muito mais o seriam, as que optassem pela continência.

Vainfas apresenta considerações nesse sentido sobre o século V:

No ano de 451, o Concílio de Calcedônia considerou a consagração das virgens como um casamento. A virgindade era, pois, o “verdadeiro” casamento, signo da união entre Deus e os homens, entre Cristo e a Igreja. O “outro” casamento, aquele que unia homens e mulheres, estava, nessa época, muito longe da santidade (VAINFAS, 1992, p. 10).

Utilizando-se dos comentários de Carrara, Foucault, Brown, Weber, Duarte e Giumbelli, Fernandes explana um pouco da maneira com que se enxergava a possibilidade de escolha pelo não casamento no pensamento cristão:

De acordo com Carrara (2000) Há duas vertentes no pensamento cristão que constroem formulações acerca do desejo sexual a partir de distintas concepções de pessoa. A primeira é caracterizada pela ênfase na abstinência sexual e no ideal do celibato, buscando a santificação pela conversão, pelo batismo e pelo fervor da fé. Trata-se de um ideal “autonomista”, que valoriza o autocontrole e o domínio de si em relação aos impulsos da carne. Esta concepção caracterizou o cristianismo em seus primórdios (Foucault, 2004, Duarte e Giumbelli, 1995, Brown, 1990), tendo sido apropriada e reinventada em sua versão puritana com a emergência do protestantismo e seu ideal ascético (Weber, 2001). (FERNANDES, 2019, p. 4).

Segundo Vainfas (1992, p. 8), João Crisóstomo (séculos IV e V), arcebispo de Constantinopla, pregava que “o corpo virgem [...] era o templo da alma apta para o movimento rumo a Deus. Ser virgem era dedicar-se à contemplação, exercício inseparável, no dizer de Gregório de Nissa, da incorruptibilidade do corpo”. Dessa forma, para a consciência patrística, a virgindade se fazia símbolo da ascese e da espiritualização do corpo. As associações semânticas a seu respeito caminhavam junto de outros valores que parecem caros à época. Eram, portanto: “virgindade e verdade, virgindade e vida, virgindade e liberdade” (VAINFAS, 1992, p. 8).

Pode ser interessante pensar, segundo Coelho (2018, p. 81), sobre a importância que a castidade adquiria para Agostinho em sentido de temporalidade. Enquanto o casamento era considerado algo temporal, que se findava com a morte de um dos cônjuges, a virgindade não teria fim, consistia em um valor levado para a eternidade, a continência era para o teólogo como “uma imitação da vida bem-aventurada dos anjos” (AGUSTÍN, 1984, citado por COELHO, 2018, p. 81). Para ele também uma eventual renúncia sexual de todos aceleraria o final dos séculos, como referem ao fim do mundo e à volta de Cristo.

Nesse sentido a virgindade também era associada à humildade:

É no próprio Cristo que será preciso procurar as mais belas lições e o exemplo mais perfeito da pureza virginal. O que mais posso dizer sobre a humildade aos que observam a continência do que aquilo que o Senhor ensinou a todos dizendo: ‘aprendei de mim que sou manso e humilde de coração?’ (Mt 11,29). (AGOSTINHO, 1990, p. 66, 67).

Talvez se possa depreender do texto que, na teologia agostiniana, a humildade e a continência, além da continência e da espiritualidade, também estavam intimamente relacionadas uma vez que o autor parece unir as duas características sob a pessoa de Cristo, recomendando ambas. Isso remete ao teor es-

piritual atribuído à castidade. Para ele, a virgindade era mais espiritual do que propriamente corporal uma vez que era mantida pela devoção a Deus.

Um dos fatores que testemunham o ponto a que chegaram as tendências à castidade e suas proporções é a prática da castração que fora muito comum entre o primeiro e segundo séculos. De modo que, segundo Heinemann (2019, p. 59-60), ainda no século I, o imperador Domiciano (96 d.C.) a tornou passível de punição criminal. E Adriano, um de seus sucessores, em cerca 136 d.C., estendeu a proibição a qualquer homem que concordasse em ser castrado e aos médicos que fizessem a operação sem permissão oficial: ambos seriam submetidos à pena de morte.

A prática da castração foi proibida não apenas pelo poder civil nos séculos I e II, mas também pelos líderes religiosos no Concílio de Niceia já em 325 d.C., século IV, pelo menos cem anos depois, indicando que o feito ainda não havia deixado a habitualidade.

Antigo epítome do cânon I: *Eunucos podem ser recebidos entre os clérigos, mas não serão aceitos aqueles que se castram. Se alguém foi operado por cirurgões por causa de uma enfermidade, ou teve um de seus membros cortados por bárbaros, deixe-o ficar no clero. Mas se alguém cortou um de seus próprios membros quando estava bem de saúde, ele deve ser demitido mesmo que seja examinado depois de ser um clérigo. E de aqui em diante tais pessoas não deverão ser promovidas a cargos sagrados (CONCÍLIO DE NICEIA, grifos nossos).*

Na visão da teóloga, “isso mostra o quão fundo esse pessimismo sexual gnóstico já havia penetrado no cristianismo e quantos no clero cristão já o haviam adotado” (HEINEMANN, 2019, p. 61). Esse pessimismo que sobrevinha às idealizações da vida cristã por diversos meios, pensadores e teologias talvez tenha o ápice da sua expressão pelo fenômeno da castração, e manifesta a profundidade com que a teologia começava a incutir culturalmente em seus fiéis e seguidores uma espécie de auto-

negação sexual e uma propensão enorme a suprimir o desejo. É possível notar que as discussões sobre o tema se tornaram quase especialistas em repreendê-lo.

Como atesta Gomes (2016, p. 8), “o século II foi pródigo na representação do corpo humano e da sexualidade. Estes foram considerados como representantes da maldade inerente à natureza humana em sua luta insana contra Deus”. E talvez seja importante notar que toda a problematização sobre o assunto era tão real e tão cara aos autores da época que as proporções dessa autonegação extrapolaram os níveis teóricos. Seus efeitos percorreram o caminho até a instância concreta do corpo que se via na grande maioria das vezes reprimido, oprimido e, nesse último caso, mutilado também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, buscou-se compreender quais seriam os lugares do corpo e da sexualidade ocupados no interior dos discursos dos Pais da Igreja, bem como a importância e o nível de influência que eles poderiam exercer sobre a construção da ortodoxia e da ortopraxia no pensamento cristão nascente.

Percebeu-se que as culturas romana e helênica foram basilares no que tange a maneira como tais apreensões ocorreram. O que o cristianismo interpretou e discutiu a respeito do corpo e da sexualidade não o fez pioneiramente ou sozinho. Antes, teve o estímulo de outras filosofias, como exemplo, a gnóstica e a estoica, e, muitas vezes, também se misturou com elas. Além disso, a convivência da fé cristã com os acontecimentos e as tendências de transformação social que pairavam o Império Romano da época, durante a Antiguidade Tardia, também expressaram seus graus de interferência nas elaborações patrísticas.

Como afirmou Gomes (2016, p. 1), “[...] o corpo é histórico” e “carrega [...], na história do corpo individual, [...] a história do corpo da humanidade, do corpo da espécie.” Dessa mesma

maneira acontece a sexualidade humana que perpassa a “economia, a política, [a] teologia e, em certo sentido, [a] religião. Estes fatores combinados determinam suas crenças sobre o corpo humano e sua práxis sexual”.

Descobriu-se, então, que, na teologia Patrística, as semânticas desenvolvidas sobre o corpo e a sexualidade foram bastante duras, e os processos discursivos acerca desses temas tornaram-se responsáveis por principiar uma cultura condenatória do corpo e de extrema relutância sobre o aspecto sexual da vida humana. O conteúdo intelectual produzido sobre eles acabou por acarretar impactos significativos na conduta dos indivíduos que formaram a cristandade dos primeiros séculos. Desencadeou uma série de hábitos e problemas oscilantes na vivência desses assuntos.

Como exemplos desses mecanismos, citou-se a aparente habitualidade da prática da castração entre os homens cristãos e as condicionalidades das atividades sexuais mesmo dentro do casamento. Por fim, também foi possível perceber que ambos os efeitos provocados – sobre o corpo ou sobre a sexualidade – derivam, entre outras questões, da pecaminosidade com que o desejo sexual era visto e do conseqüente medo que pairava a mentalidade religiosa a respeito dele, por caracterizar uma separação entre o ser humano e a divindade.

Pode-se destacar também que a inclinação às interdições da sexualidade pareceu sempre movida por um expressivo zelo religioso, como um cuidado e uma intenção de manter-se próximo à divindade. Em contrapartida, no presente contexto não parece satisfatório pensar que a seriedade desse zelo acabasse por colocar a natureza da humanidade (tida por criatura divina, mesmo pela religião) numa posição tão cheia de significâncias malignas ou pecaminosas.

O ser humano é mesmo conhecido por seu caráter repetidamente falho, o que, para a teologia cristã, caracterizaria sua

propensão ao pecado, entretanto, também importa constatar que, nem por isso, merece ter os elementos que o constituem tão rechaçados ou dotados de tamanha desprezibilidade. Com o passar dos séculos e a História da Teologia, os discursos sobre o corpo e a sexualidade devem ter sido revisitados e ressignificados de diversas maneiras e em diferentes medidas, provavelmente de acordo com cada cultura, tempo, localidade e segmento religioso, como é peculiar da História.

Entretanto, por dizer respeito ao exato início da sistematização do pensamento cristão, pensa-se interessante considerar a relevância dessas produções discursivas para a formação da teologia oficial da Igreja Católica, ainda influente no atual contexto brasileiro, e, mais do que isso, lembrar-se que dela, futuramente, partiriam todas as outras vertentes cristãs. Nesse sentido, pensa-se no trabalho como uma forma de visitar as origens dos entendimentos cristãos sobre corpo e sexualidade e de promover mais uma oportunidade pela qual se rediscuta teológica e amplamente os subtemas envolvidos no assunto.

34

Com isso, acredita-se ter encontrado razões satisfatórias para o empreendimento da pesquisa. Entre elas, pensar que, por tratar da origem da identidade cristã, trata-se também dos lugares que “ser cristão” podem ocupar no mundo, partindo de uma perspectiva de ancestralidade, de forma a entender que comumente ao período da Patrística, hoje, a teologia e os ambientes religiosos também devem enfrentar as problemáticas típicas do seu tempo e contexto no que respeita sexualidade. Essas questões também merecem atenção, cuidado e responsabilidade para serem resolvidas de maneira mais compreensiva, esclarecida e tolerante com os elementos constitutivos da humanidade do que foram no passado.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO DE HIPONA. El matrimonio y la concupiscencia. *In: Obras completas de San Agustín XXXV* Escritos antipela-gianos. Tradução, introdução e notas de Teodoro C. Madrid e Luis Arias Alvarez. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 1984.

AGOSTINHO, Santo. **A virgindade consagrada**. São Paulo: Paulinas, 1990.

AGUSTÍN, S. **Obras completas de San Agustín**: Escritos anti-arrianos y otros herejes. vol. XXXVIII. Edición bilingüe. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1990.

AGUSTÍN, S. **Obras completas de San Agustín**: Tratados mo- rales. vol. XII. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2007.

ARIÊS, P.; BÉJIN, A. (Orgs.). **Sexualidades Ocidentais**. São Pau- lo: Brasiliense, 1986.

AURÉLIO, Marco. **Meditações**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BÍBLIA. Português. **Bíblia online**. Versão AA. Disponível em: ht- tps://www.bibliaonline.com.br/aa. Acesso em: 25 mar. 2020.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. 6.ed. João Ferreira de Al- meida Revista e corrigida. Santo André: JUERP, 2005.

BROWN, Peter. **Corpo e sociedade**: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

BULTMANN, Rudolf. **Teologia do Novo Testamento**. São Pau- lo: Teológica, 2004.

CARRARA, Sérgio. Utopias sexuais modernas: uma experiên- cia religiosa Americana. [S.L.]: **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 355-368, 2000.

COELHO, Fabiano de Souza. Agostinho De Hipona e os discursos ascéticos e de gênero nos tratados De Bono Conjugali e De Sancta Virginitate. **Revista Hêlade**, v. 4, n. 3, p. 72-90, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/helade/article/view/28040>. Acesso em: 1 jul. 2020.

CONCÍLIO DE NICÉIA. **Cânones do Concílio de Nicéia**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.e-cristianismo.com.br/historia-do-cristianismo/documentos-historicos/canones-do-concilio-de-niceia.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CRISÓSTOMO. **Sobre o sacerdócio**. [S.l.: s.n.], 3--?. Disponível em: <http://www.cristianismo.org.br/sacerdotio0.htm>. Acesso em: 20 jul., 2020.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; GIUMBELLI, Emerson A. As concepções cristã e moderna de pessoa: paradoxos de uma continuidade. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1995.

DUNN, James D. G. **A Teologia do Apóstolo Paulo**. São Paulo: Paulus, 2003.

FELDMANN, Sérgio A. Desnaturalizando o desejo: o olhar clerical dos usos do corpo (séc. V a séc. XII). **Brathair**, v. 18, n. 2, p. 77-93, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335005022_DESNATURALIZANDO_O_DE_SEJO_O_OLHAR_CLERICAL_DOS_USOS_DO_CORPO_SEC_V_A_SEC_XII. Acesso em: 16 mar. 2020.

FERNANDES, Maxmiller F. **Uma reflexão sobre religião, gênero e sexualidade**. Juiz de Fora: UFJF, 2016. Disponível em: <http://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/MAXMILLER-FREITAS-FERNANDES.pdf>

GOMES, Antônio M. A. As representações sociais do corpo e da sexualidade no protestantismo brasileiro. **Revista de estudos da religião**, n. 1, p. 1-38, 2006. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv1_2006/p_gomes.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

LOPES, Edson P. Filosofia da religião: estoicismo romano e o pensamento cristão dos primeiros séculos. **Ciências da religião - história e sociedade**, v. 8, n. 1, p. 20 - 33, 2010. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/2102>. Acesso em: 2 abr. 2020.

MARTINS, Jaziel Guerreiro. **História das teologias**. Curitiba: Núcleo de Publicações Fabapar, 2015. 82 p.

NISSA, Gregório de. **De hominis opificio**. [S.l.: s.n.], 3--?.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo Reino de Deus: Igreja Católica e sexualidade - de Jesus a Bento XVI**. 5.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

SÊNECA. **Sobre o casamento**. [S.l.: s.n.], 0—d.C.?

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.